

Acordo com FMI não sai

O Brasil ainda não conseguiu fechar um acordo sobre o programa econômico para 1989 com o Fundo Monetário Internacional (FMI), por falta absoluta de parâmetros aceitáveis por ambos os lados, para a definição das metas de déficit público. A missão do FMI voltou para Washington na quinta-feira passada levando o relatório do desempenho do País no ano passado, mas retorna dentro de mais duas semanas para retomar as discussões sobre este ano.

Em julho passado, a meta acertada com o FMI era de um déficit operacional (número que retira as correções monetária e cambial) equivalente a quatro por cento do PIB, sendo ele reduzido pela metade, dois por cento, agora em 1989.

No entanto, esta meta foi inteiramente pulverizada pelo Plano Verão, que exigiu uma política de altos juros no mercado financeiro durante três meses, o que fez explodir os

custos do maior devedor no mercado, justamente o Governo.

Os encargos da dívida pública representaram no primeiro trimestre NCz\$ 1,15 bilhão. Só em abril, estes encargos seriam de NCz\$ 1,12 bilhão, passando para NCz\$ 2,35 bilhões em maio e NCz\$ 1,97 bilhão em junho. Só de encargos da dívida nesse segundo trimestre, o Governo vai pagar NCz\$ 5,45 bilhões. Para se ter uma idéia do que isso representa, em março passado, a base monetária (dinheiro em poder do público mais as reservas bancárias) atingiu a NCz\$ 5,77 bilhões.

A Previdência também contribuirá para o estouro das metas de déficit público nesse ano. No ano passado, ela registrou um superávit de 0,38 por cento do PIB mas nesse ano, em função do reajuste nas aposentadorias e pensões determinado pela Constituinte, o sistema previdenciário entra novamente em déficit.